



Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista de Controle
Área Informática**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Perspectiva de Montesquieu

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
 - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
 - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
 - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
 - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
 - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
 - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
-
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
-
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
-
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
-
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
-
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
 - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
 - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
 - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
 - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
 - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
 - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
 - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
 - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
 - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
 - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
 - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
 - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
 - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
 - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
 - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
 - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
 - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
 - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
 - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
 - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
 - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
 - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
-
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
 - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
 - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
 - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
 - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
-
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
 - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
 - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
 - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
 - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
-
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
 - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
 - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
 - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
-
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
 - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
 - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
 - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
 - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
 - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
 - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
-
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
 - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
 - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
 - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
 - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
-

Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
 - (B) primo.
 - (C) divisível por 3.
 - (D) múltiplo de 4.
 - (E) quadrado perfeito.
-
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
 - (B) 38%.
 - (C) 52%.
 - (D) 68%.
 - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
 - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
 - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
 - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
 - (B) não é competente, então ele é violento.
 - (C) é violento, então ele não tem esperanças.
 - (D) não é prudente, então ele é violento.
 - (E) não é violento, então ele não é competente.
-
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
 - (B) 53 minutos.
 - (C) 50 minutos.
 - (D) 45 minutos.
 - (E) 42 minutos.

Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
 - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
 - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
 - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
 - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
-
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
 - (B) o cumprimento de metas.
 - (C) editais de licitação por ela elaborados.
 - (D) a proposta orçamentária.
 - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

-
31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
 - (B) cinco Conselheiros.
 - (C) sete Conselheiros.
 - (D) nove Conselheiros.
 - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
 - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
 - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
 - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
 - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
-
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
 - (B) responsabilidade subsidiária.
 - (C) responsabilidade solidária.
 - (D) exoneração.
 - (E) suspensão.
-
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
 - (B) título executivo.
 - (C) precatório.
 - (D) sentença normativa.
 - (E) título judicial.
-
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
 - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
-
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
 - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
 - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
-
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
 - (B) partido político.
 - (C) qualquer associação.
 - (D) sindicato.
 - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.



38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
 - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
 - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
 - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
 - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
 - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
 - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
 - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
 - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
-
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
 - (B) análise de risco.
 - (C) estudo de caso.
 - (D) evidenciação.
 - (E) seleção de programa de trabalho.
-
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
 - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
 - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
 - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
 - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
-
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
 - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
 - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
 - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
 - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
-
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
 - (B) sem especificações.
 - (C) extroverso.
 - (D) finalístico.
 - (E) sem ressalva.
-
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
 - (B) prudência.
 - (C) razoabilidade.
 - (D) oportunidade.
 - (E) competência.



Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Identificar e especificar os requisitos funcionais e os não funcionais são atividades da Engenharia de Requisitos realizadas nos processos de
- (A) planejamento de gerenciamento de requisitos e análise do problema.
- (B) análise do problema e definição dos sistemas.
- (C) definição dos sistemas e refinamento dos requisitos.
- (D) refinamento dos requisitos e aprovação dos requisitos.
- (E) aprovação dos requisitos e planejamento de gerenciamento dos requisitos.
-
52. São do tipo não funcionais, relacionado ao produto *software*, APENAS os requisitos de
- (A) desempenho e de portabilidade.
- (B) desempenho e de entrega.
- (C) portabilidade e de interoperabilidade.
- (D) portabilidade e legais.
- (E) facilidade de uso e legais.
-
53. O sistema deve apresentar facilidade de uso, permitindo que mesmo um usuário sem experiência seja capaz de produzir algum trabalho satisfatoriamente. Trata-se de um critério básico de usabilidade denominado
- (A) eficiência.
- (B) memorização.
- (C) satisfação.
- (D) intuitividade.
- (E) erro.
-
54. A terminologia e os conceitos aplicados em uma interface de usuário que afetam o *design* da interface estão associados ao fator
- (A) experiência com o computador.
- (B) experiência de domínio.
- (C) frequência de uso.
- (D) motivação.
- (E) treinamento.
-
55. No processo de engenharia de requisitos, os tipos de requisitos de usuário e de sistema podem ser, respectivamente,
- (A) apenas funcionais; apenas não funcionais.
- (B) apenas não funcionais; apenas funcionais.
- (C) apenas funcionais; funcionais e não funcionais.
- (D) funcionais e não funcionais; apenas não funcionais.
- (E) funcionais e não funcionais; funcionais e não funcionais.
-
56. A conclusão da análise, do *design*, do desenvolvimento e do teste de todas as funcionalidades necessárias ao sistema, no processo RUP, é um dos objetivos da fase de
- (A) iniciação.
- (B) elaboração.
- (C) integração.
- (D) construção.
- (E) transição.
-
57. É uma Área de Processo de Engenharia no Nível de Maturidade 2 do CMMI:
- (A) Foco no processo organizacional.
- (B) Definição do processo organizacional.
- (C) Gestão de requisitos.
- (D) Gestão de risco.
- (E) Desenvolvimento de requisitos.
-
58. Uma estrutura de modelo CMMI na qual os níveis de capacidade proveem uma ordem de melhoria, abordada em cada área de processo separadamente, que melhor atenda aos objetivos de negócio da empresas, caracteriza o tipo de representação
- (A) otimizada.
- (B) definida.
- (C) gerenciada.
- (D) estagiada.
- (E) contínua.
-
59. Sobre o BPMN, considere:
- I. Um *pool* representa uma organização.
- II. Uma *lane* representa um departamento dentro da organização.
- III. Um processo não é representado por um elemento do BPMN.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.
-
60. No modelo de processos, segundo o BPMN, o desdobramento máximo do trabalho executado em um processo é a definição de
- (A) *data object*.
- (B) tarefa.
- (C) evento.
- (D) função.
- (E) *gateway*.



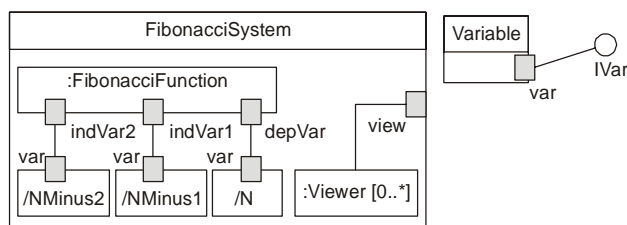
61. Em relação à Programação Orientada a Objetos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Polimorfismo pode ser entendido como um conceito complementar ao de herança. Assim, no polimorfismo é possível enviar a mesma mensagem a diferentes objetos e cada objeto responder da maneira mais apropriada para sua classe.
- (B) Uma agregação representa um todo que é composto de várias partes e constitui um relacionamento de contenção; se qualquer uma das partes for destruída, as demais partes também o serão.
- (C) Interfaces são como as classes abstratas, mas nelas não é possível implementar nenhum método, apenas declarar suas assinaturas; uma classe ao implementar uma interface deverá escrever todos os seus métodos.
- (D) No contexto da herança, uma instância da subclasse é, também, uma instância da superclasse.
- (E) A aplicação do polimorfismo utilizando interfaces requer que o método polimórfico seja definido na classe ancestral como *abstract* para possibilitar sua redefinição nas classes descendentes.

62. É um tipo de estrutura de dados em que a função de dispersão é a responsável por gerar um índice a partir de determinada chave; por causa das colisões, muitas tabelas de dispersão são aliadas com alguma outra estrutura de dados:

- (A) vetores.
- (B) matrizes.
- (C) listas encadeadas.
- (D) tabela *hash*.
- (E) *sort*.

63. Considere:



Em UML 2.3, é um exemplo típico do Diagrama de

- (A) Estrutura Composta.
- (B) Implantação.
- (C) Pacote.
- (D) Interação.
- (E) Perfil.

64. Em UML 2.3, o Diagrama de Perfil é um diagrama pertencente à categoria Diagrama de

- (A) Estrutura estática, sendo usado para mostrar a estrutura de um sistema sob o nível mais baixo dos classificadores.
- (B) Comportamento e mostra a estrutura interna de um classificador e o comportamento de uma colaboração.
- (C) Comportamento, descrevendo a estrutura interna de uma classe e as colaborações que esta estrutura torna possível.
- (D) Comportamento, sendo utilizado para descrever o *hardware* utilizado em implementações de sistemas e os ambientes de execução.
- (E) Estruturas, que opera no nível metamodelo permitindo definir estereótipos personalizados, valores etiquetados e restrições.

65. Métricas de *software* podem ser divididas em medidas diretas e indiretas, sob o ponto de vista de medição, e em métricas de produtividade e de qualidade, sob o ponto de vista de aplicação. Nesse contexto, as métricas que se concentram na saída do processo de engenharia de *software* e as métricas que indicam o quanto o *software* atende aos requisitos definidos pelo usuário, podem ser classificadas, respectivamente, como métricas de

- (A) custo e de complexidade, em medidas indiretas.
- (B) esforço e de confiabilidade, em medidas diretas.
- (C) produtividade e de qualidade, em medidas indiretas.
- (D) qualidade e de eficiência, em medidas diretas.
- (E) velocidade de execução e técnica, em medidas diretas.

66. O processo de contagem de pontos de função pode ser composto pelos seguintes passos:

- I. Identificação do propósito da contagem para determinar o que se pretende atingir com a contagem que será feita e qual o problema que se pretende resolver com ela.
- II. Determinação do tipo de contagem: composta por três tipos de contagem, sendo um deles, o projeto de desenvolvimento, que mede todas as funções que o projeto entregará e eventuais funções de conversão de dados.
- III. Contagem das funções tipo dado, que representam requisitos de armazenamento do usuário, e contagem das funções tipo transação, que representam requisitos de processamento do usuário.
- IV. Cálculo do fator de ajuste para representar a influência de requisitos técnicos e de qualidade no tamanho do *software*.
- V. Cálculo dos pontos de função ajustados, consistindo basicamente em multiplicar o fator de ajuste pelos pontos de função não ajustados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I, III, IV e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.



<p>67. Constitui uma característica de funcionalidade comum tanto em SOA quanto em <i>web services</i>:</p> <p>(A) Os serviços tendem a usar um número pequeno de operações com uma complexidade relativamente grande nas operações realizadas.</p> <p>(B) Serviços interativos na <i>Web</i> podem ser acessados por outras aplicações, usando o protocolo SOAP.</p> <p>(C) O cliente pode, em tempo de execução, efetuar <i>download</i> automático do serviço na máquina virtual e executá-lo localmente.</p> <p>(D) Serviços disponibilizados através da comunicação entre as partes, utilizando o formato XML.</p> <p>(E) O serviço é uma visão abstrata e lógica de programas, bancos de dados, processos de negócio, entre outros, definido em termos do que ele faz, tipicamente executando uma operação de negócio.</p>	<p>71. Eliminar as dependências multivaloradas (DMV) não triviais de uma tabela, projetando-as para tabelas menores separadas e, assim, eliminar as anomalias de atualização associadas às DMVs é objetivo da</p> <p>(A) 1FN.</p> <p>(B) 2FN.</p> <p>(C) 3FN.</p> <p>(D) 4FN.</p> <p>(E) 5FN.</p>
<p>68. Em padrões XML, <i>style sheets</i> são ferramentas utilizadas nos padrões</p> <p>(A) XSLT e XBRL.</p> <p>(B) WSDL e SOAP.</p> <p>(C) XSLT e SOAP.</p> <p>(D) XBRL e WSDL.</p> <p>(E) XSLT e WSDL.</p>	<p>72. Considere a situação expressa pelas seguintes relações: um cliente faz <i>n</i> pedidos mas um pedido específico é de somente um cliente. Seguindo, em um pedido específico são relacionados <i>n</i> produtos mas um mesmo produto pode constar em mais de um pedido. Após normalizar essas relações é possível que se estabeleçam tabelas relacionais correspondentes, sendo elas</p> <p>(A) cliente, pedido e produto.</p> <p>(B) cliente, cliente-pedido e produto.</p> <p>(C) cliente, pedido, pedido-produto e produto.</p> <p>(D) pedido-produto e cliente-produto.</p> <p>(E) pedido, pedido-produto e cliente-produto.</p>
<p>69. Em relação ao <i>Active Directory</i> é correto afirmar:</p> <p>(A) A floresta inexistente quando há apenas uma árvore de domínio.</p> <p>(B) Servidores de catálogo global podem ser configurados para equilibrar o tráfego de autenticação de <i>logon</i> e consultas.</p> <p>(C) A definição do servidor de catálogo global por padrão, é atribuição exclusiva das contas de Administrador.</p> <p>(D) Zonas primárias e secundárias de serviços DNS são requeridas, para serem replicadas em conjunto com o AD.</p> <p>(E) As contas de Administrador têm permissão de acesso tanto nos recursos do domínio quanto nos recursos da floresta.</p>	<p>73. <i>ADD column_name datatype</i> é expressão SQL que se aplica no contexto da</p> <p>(A) DDL.</p> <p>(B) DTL.</p> <p>(C) DML.</p> <p>(D) DQL.</p> <p>(E) DCL.</p>
<p>70. Segundo o NIST (<i>National Institute for Standards and Technology</i>), serviços gerenciados pelo provedor, tais como, aplicações, sistema operacional, virtualização e conectividade podem ser classificados no Modelo de Serviços de Computação na Nuvem, como</p> <p>(A) PaaS – <i>Platform as a Service</i>.</p> <p>(B) IaaS – <i>Infrastructure as a Service</i>.</p> <p>(C) SaaS – <i>Software as a Service</i>.</p> <p>(D) CaaS – <i>Communication as a Service</i>.</p> <p>(E) DaaS – <i>Development as a Service</i>.</p>	<p>74. Considere:</p> <pre>declare @i int set @i = 1</pre> <p>No SQL Server 2008, o <i>script</i> acima pode ser escrito, alternativamente, como</p> <p>(A) declare @i int = 1.</p> <p>(B) declare int@ = 1.</p> <p>(C) set and declare @i = 1.</p> <p>(D) set int@ = 1.</p> <p>(E) set dcl @i int = 1.</p>



<p>75. Concentrador de cabos, sistema passivo, intermediário entre as tomadas de parede e outros pontos de conexão e os <i>hubs</i> ou <i>switches</i> da rede. É utilizado no cabeamento estruturado. São características do dispositivo chamado</p> <p>(A) <i>backbone</i>.</p> <p>(B) <i>4u cabinet</i>.</p> <p>(C) <i>patch panel</i>.</p> <p>(D) <i>multiple mode fiber</i>.</p> <p>(E) <i>fiber distributed data interface</i>.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 79 e 80 referem-se ao PMBOK, 4ª ed.</p> <p>79. Envolve a comparação de práticas de projetos reais ou planejados com as de projetos comparáveis, para identificar as melhores práticas, gerar ideias para melhorias e fornecer uma base para medir o desempenho. Trata-se de uma</p> <p>(A) técnica do controle dos custos denominada gerenciamento do valor agregado.</p> <p>(B) entrada do controle dos custos denominada ativos de processos organizacionais.</p> <p>(C) entrada do planejamento da qualidade denominada amostragem estatística.</p> <p>(D) técnica de planejamento da qualidade denominada <i>benchmarking</i>.</p> <p>(E) saída da estimativa dos custos denominada <i>benchmarking</i>.</p>
<p>76. Utilizado pelo TCP/IP, o</p> <p>(A) EIGRP é o protocolo de segmentação de redes IP, o mesmo que RIP.</p> <p>(B) NAT é um sistema de gerenciamento de nomes, hierárquico e distribuído operando segundo duas definições: (I) examinar e atualizar o banco de dados de endereços IP; (II) resolver nomes de domínios em endereços de rede.</p> <p>(C) DNS é forma de mapear toda uma rede (ou redes) para apenas um endereço IP.</p> <p>(D) OSPF é o protocolo de segmentação de redes IP, o mesmo que RIP.</p> <p>(E) OSPF é o protocolo de roteamento interno baseado no estado do <i>link</i>.</p>	<p>80. O método estatístico <i>projeto de experimentos</i> é uma técnica aplicada no processo denominado</p> <p>(A) estimar as durações das atividades.</p> <p>(B) planejar as comunicações.</p> <p>(C) estimar os recursos das atividades.</p> <p>(D) estimar os custos.</p> <p>(E) planejar a qualidade.</p>
<p>77. Oferecido pela <i>Microsoft</i>, o <i>Network Load Balancing</i> (NLB) é</p> <p>(A) a forma de balanceamento de endereços de uma sub-rede, via roteadores específicos da camada de <i>link</i>.</p> <p>(B) uma tecnologia de <i>cluster</i> que permite aumentar e garantir a disponibilidade e escalabilidade de serviços de rede.</p> <p>(C) o processo de apuração e comunicação de falhas de distribuição de carga de rede aos roteadores, no caminho inverso ao da transmissão.</p> <p>(D) a técnica de segmentar o endereço de uma ou mais máquinas em dispositivos menores capazes de substituí-las em caso de falha.</p> <p>(E) o processo de balanceamento de carga no <i>SQL Server</i> de modo a distribuir equitativamente o volume de dados em cada database.</p>	<p>81. Sobre o processo de revisão de código é correto afirmar:</p> <p>(A) Desenvolver <i>software</i>, adotando uma prática de revisão de fato, eleva o número de defeitos detectados nas fases iniciais do ciclo de vida, o que auxilia o cumprimento de custo e prazo acordados com o cliente, assim como a aderência aos requisitos definidos e consequente satisfação com o produto entregue.</p> <p>(B) Revisões constantes sempre impedem uma padronização do código, dificultando uma posterior manutenção.</p> <p>(C) O esforço gasto para a execução das etapas de revisão é pequeno, podendo chegar no máximo a 5% do desenvolvimento de um <i>software</i>.</p> <p>(D) É necessário alocar funcionários com alto conhecimento técnico para a realização da revisão de códigos desenvolvidos por programadores inexperientes.</p> <p>(E) A análise dinâmica de código é um método que visa revisar um código fonte apenas no final de cada fase do projeto para buscar por vulnerabilidades e potenciais defeitos, garantindo que os desenvolvedores programem na próxima etapa de forma correta e segura.</p>
<p>78. Para cenários que não intranet, é recomendado pela <i>Microsoft</i> que o</p> <p>(A) servidor <i>SQL Server</i> seja distribuído sempre em mais de um computador, localizados remotamente uns dos outros.</p> <p>(B) servidor de IIS e o Publicador/Distribuidor <i>SQL Server</i> estejam em computadores separados.</p> <p>(C) servidor de IIS e o Publicador/Distribuidor residam em um único servidor.</p> <p>(D) Publicador/Distribuidor <i>SQL Server</i> tenha, pelo menos, três replicações ativas para cada servidor IIS.</p> <p>(E) Publicador/Distribuidor <i>SQL Server</i> seja único para cada dois servidores IIS.</p>	



82. Representam medidas de proteção em aplicações *web*, EXCETO
- garantir que todas URLs e funções de negócio sejam protegidas por um mecanismo de controle de acesso efetivo que verifique as funções e direitos do usuário antes que qualquer processamento ocorra.
 - usar algoritmos de criptografia fortes como MD5 e SHA1 ou um algoritmo de criptografia próprio.
 - usar o SSL em todas as conexões autenticadas ou em qualquer informação sensível em transmissão.
 - usar APIs seguras, como por exemplo, *queries* parametrizadas e bibliotecas de mapeamento objeto relacional em aplicações que acessem bancos de dados, caso haja a necessidade de invocar um interpretador.
 - usar somente algoritmos de criptografia aprovados publicamente como, AES, criptografia de chaves públicas RSA, SHA-256 etc.
-
83. Sobre os sistemas criptográficos simétricos e de chave pública, é correto afirmar:
- O esquema RSA é uma cifra de bloco em que o texto claro e o texto cifrado são inteiros entre 1 e $n + 1$, para algum n . Um tamanho típico para n é 512 *bits* ou 64 dígitos decimais.
 - No processo de assinatura digital, o emissor assina uma mensagem com sua chave pública. A assinatura é feita por algoritmo criptográfico aplicado à mensagem.
 - Para que haja segurança na utilização de criptografia de chave pública, o conhecimento do algoritmo mais uma das chaves mais amostras do texto cifrado precisam ser suficientes para determinar a outra chave.
 - A criptografia simétrica deve ser usada para garantir a confidencialidade, autenticação ou ambos.
 - A dificuldade de atacar o criptosistema de chave pública RSA está na dificuldade de encontrar os fatores primos de um número composto.
-
84. Convém que o documento da política da segurança da informação contenha, entre outras coisas, uma breve explanação das políticas, princípios, normas e requisitos de conformidade de segurança da informação específicos para a organização, incluindo:
- Conformidade com a legislação e com requisitos regulamentares e contratuais.
 - Gestão da continuidade do negócio.
 - Requisitos de conscientização, treinamento e educação em segurança da informação.
 - Consequências das violações na política de segurança da informação.
- Está correto o que se afirma em
- I, II, III e IV.
 - III e IV, apenas.
 - I, III e IV, apenas.
 - II e IV, apenas.
 - I, II e III, apenas.
-
85. Sobre o Java EE 6 é correto afirmar:
- Um *message-driven bean* encapsula a lógica de negócios e deve ser invocado por meio de programação por um cliente local ou remoto. Os *message-driven beans* são persistentes.
 - Um *session bean* encapsula a lógica de apresentação e deve ser invocado por meio de programação apenas por cliente remoto. Para acessar um aplicativo que é implantado no servidor, o cliente invoca métodos do *session bean*.
 - Os serviços CDI permitem aos componentes do Java EE, como *beans* de sessão EJB e *beans* gerenciados do JavaServer Faces (JSF), serem injetados e interagir de maneira acoplada e flexível iniciando e observando eventos.
 - Message-driven beans* permitem que aplicações Java EE possam processar mensagens de forma síncrona. São persistentes e gerenciam a troca de mensagens com o banco de dados.
 - Os *Singleton Session Beans* são utilizados na troca de mensagem JMS de forma assíncrona entre aplicações.
-
86. A JPA
- pode ser usada fora de componentes EJB e fora da plataforma Java EE, em aplicações Java SE.
 - utiliza persistência gerenciada por contêiner (CMP), ou seja, as classes de entidade e persistência necessitam de um contêiner presente em um servidor de aplicações para serem executadas.
 - utiliza descritores XML para especificar informações do mapeamento relacional de objeto, mas não oferece suporte a anotações.
 - suporta consultas dinâmicas nomeadas nas classes de entidade que são acessadas apenas por instruções SQL nativas.
 - possui uma interface *EntityBeans* que padroniza operações *Create Read Update Delete* (CRUD) que envolvem tabelas.
-
87. Sobre a interoperabilidade de sistemas é INCORRETO afirmar:
- Algumas das melhores práticas de integração de sistemas são denominadas *Enterprise Integration Patterns* (EAI). Os procedimentos e ferramentas de EAI viabilizam a interação entre sistemas corporativos heterogêneos por meio da utilização de serviços.
 - Os padrões EAI permitem que um arquiteto ou desenvolvedor escolha as estratégias mais eficientes de integração de sistemas Java com outros sistemas e produza soluções mais econômicas.
 - Em projetos de integração de sistemas é recomendável coletar os requisitos arquiteturais de interoperabilidade e desenvolver soluções independentes de tecnologia para cada requisito arquitetural coletado.
 - Em projetos de integração de sistemas que utiliza Java é recomendável estudar as tecnologias mais adequadas para cada requisito arquitetural, implementar os cenários com as tecnologias escolhidas e testar as soluções em ambiente de homologação.
 - Para implementar um projeto de integração de sistemas é recomendável conhecer os requisitos funcionais de interoperabilidade, entretanto, os protocolos e requisitos não funcionais não precisam ser analisados, pois não interferem no funcionamento das aplicações.



88. Para modelar sistemas que utilizam componentes reutilizáveis podem ser utilizados dois tipos de padrões de interesse – os *design patterns* e os *frameworks*.

Com relação ao tema, considere as asserções a seguir.

Nas aplicações Java EE, o *design pattern JavaServer Faces* utiliza o *framework MVC* para representar o fluxo sequencial de comunicação entre as camadas. O MVC permite representar e entender a comunicação existente entre os componentes da aplicação

PORQUE

quando se utiliza o MVC em aplicações *web* desenvolvidas com Java, a requisição do cliente é normalmente interceptada por uma *servlet* de controle (*Controller*). Essa *servlet* manipula o processamento inicial da requisição, acessa os componentes do modelo (*Model*) e geralmente determina qual será a página (*View*) que irá mostrar o conteúdo de resposta da requisição.

Acerca dessas asserções, é correto afirmar:

- (A) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é a justificativa correta da primeira.
- (B) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é a justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- (D) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- (E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

89. Os *design patterns*

- (A) são projetos de arquitetura para um domínio específico de aplicação e sempre trazem componentes predefinidos que envolvem código de programação.
- (B) consistem em conjuntos de classes que um usuário instancia para utilizar seus métodos. Após a chamada ao método, o controle do fluxo da aplicação retorna para o usuário.
- (C) são de uso exclusivo em processos de desenvolvimento de soluções orientado a objetos, já que os objetos são a mais adequada abstração para o reúso.
- (D) são aplicações propriamente ditas, normalmente construídas pela integração de diversos *frameworks*.
- (E) podem ser modelados utilizando-se a linguagem UML que fornece um meio eficiente de modelar padrões de projeto representando-os como colaborações.

90. No AJAX, o objeto *XMLHttpRequest* possui diversas propriedades importantes para realizar a comunicação com o servidor. Quando uma solicitação para um servidor é enviada, normalmente deseja-se executar algumas ações com base na resposta. O evento utilizado para especificar o que vai acontecer quando a resposta do servidor está pronta para ser processada é o

- (A) *oncompletedrequest*.
- (B) *onserverreturn*.
- (C) *onendstatus*.
- (D) *onreadystatechange*.
- (E) *onreadystate*.

91. Segundo *Sommerville*, após um sistema ser completamente integrado, é possível testar propriedades como a de desempenho do sistema. Neste contexto, considere:

- I. Testes de desempenho devem ser produzidos de forma a garantir que o sistema possa processar a sua carga prevista, sendo que tais testes geralmente são planejados para que a carga seja continuamente aumentada até que o sistema apresente desempenho fora do aceitável.
- II. Os testes de desempenho devem determinar se um sistema corresponde às suas exigências, sendo que a descoberta de defeitos ou problemas no sistema não é enfoque desta etapa.
- III. Para determinar se o desempenho está sendo atingido, pode ser necessário a construção de um perfil operacional, que é a listagem de todo o grupo de operadores/usuários que farão uso deste sistema.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II, III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

92. Segundo a ISO/IEC 12119:1994, dentre os requisitos de qualidade de um produto está sua descrição. Um dos objetivos básicos da descrição do produto é o de servir de base para os testes do produto. Dentre os itens que compõe a descrição do produto estão

- (A) declarações de usabilidade, declarações de eficiência e declarações de suporte e treinamento.
- (B) identificadores, declarações de funcionalidade e declarações de confiabilidade.
- (C) declarações de manutenibilidade, declarações de portabilidade e declarações de consistência.
- (D) declarações de funcionalidade, declarações de manutenibilidade e declaração de suporte e treinamento.
- (E) declarações de usabilidade, declarações de consistência e indicadores.

93. O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico compreende recomendações ou diretrizes que visa tornar o conteúdo *Web* acessível a todas as pessoas. É INCORRETO afirmar que dentre estas recomendações está a de

- (A) utilizar corretamente os níveis de cabeçalho.
- (B) não utilizar redirecionamento automático de páginas.
- (C) ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação.
- (D) garantir que os objetos programáveis sejam inacessíveis.
- (E) não utilizar tabelas para diagramação.



<p>94. O <i>SharePoint</i> 2010 consegue isolar e separar dados de sites diferentes ao mesmo tempo em que compartilha recursos de aplicativos de serviço entre esses mesmos sites. Esse recurso é chamado de multilocação. Sobre esse recurso é INCORRETO afirmar que:</p> <p>(A) Várias inscrições de site podem ser hospedadas em um único aplicativo <i>Web</i>; várias inscrições de site podem compartilhar o mesmo banco de dados.</p> <p>(B) Todos os conjuntos de <i>sites</i> para uma única inscrição de site devem residir no mesmo aplicativo <i>Web</i>.</p> <p>(C) Os dados de serviço podem ser particionados para cada locatário, garantindo que os dados do cliente estejam expostos a outros locatários. Nesse caso, os dados de um único locatário são contidos em uma partição de dados separada para o serviço.</p> <p>(D) Os administradores definem que serviços estarão disponíveis e ativados para cada locatário. A ID de inscrição para um locatário é usada para mapear o serviço para os conjuntos de <i>sites</i>.</p> <p>(E) Vários locatários podem compartilhar dados de serviço. Por exemplo, várias ramificações de uma organização podem compartilhar dados de perfil. Nesse caso, as várias ramificações compartilham uma partição de dados no serviço de perfil.</p>	<p>97. Sobre o <i>Internet Information Services</i> (IIS), considere:</p> <p>I. Possui protocolos HTTP, HTTPS e FTP.</p> <p>II. Possui suporte a múltiplos desenvolvedores. Configurações e conteúdo <i>web</i> são mantidos em uma base por usuário.</p> <p>III. Possui suporte a bandeja do sistema.</p> <p>IV. Possui suporte às linguagens ASP clássico, ASP.NET, e PHP.</p> <p>São características presentes na versão IIS <i>Express</i> as que constam em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) III e IV, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, III e IV, apenas.</p>
<p>95. O <i>Visual Studio Team Foundation Server</i> (TFS) é uma plataforma colaborativa do gerenciamento do ciclo de vida de aplicativos (ALM). Uma das principais funcionalidades dessa plataforma é o</p> <p>(A) controle de acesso de usuários.</p> <p>(B) sistema de <i>backups</i>.</p> <p>(C) relatório de tráfego de rede.</p> <p>(D) controle de versões.</p> <p>(E) servidor de mídia remota.</p>	<p>98. O <i>Internet Information Services</i> 7 possui uma ferramenta de linha de comando para configurar e consultar objetos no servidor <i>web</i> e retornar saída em texto ou XML. Essa ferramenta recebe o nome de</p> <p>(A) <i>IISapp.exe</i></p> <p>(B) <i>Appcmd.exe</i></p> <p>(C) <i>XmlReq.exe</i></p> <p>(D) <i>WebDAV.exe</i></p> <p>(E) <i>cfgtool.exe</i></p>
<p>96. Sobre o <i>Visual Studio Application Lifecycle Management</i>, considere:</p> <p>I. É possível criar planos de alto nível que dividem o projeto em incrementos potencialmente entregáveis.</p> <p>II. É possível criar modelos em diferentes níveis de detalhe e relacioná-los uns aos outros, para testes, e para o seu plano de desenvolvimento.</p> <p>III. É possível identificar os testes que devem ser executados se você fizer uma mudança em particular.</p> <p>IV. É possível planejar e acompanhar o seu progresso em relação ao seu planejamento.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, III e IV, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) III e IV, apenas.</p> <p>(E) I e II, apenas.</p>	<p>99. Dentre os papéis da metodologia ágil <i>Scrum</i> está o <i>Scrum Master</i>. NÃO se inclui entre as funções deste papel</p> <p>(A) remover impedimentos para o progresso do time de desenvolvimento.</p> <p>(B) comunicar claramente a visão, metas e itens de <i>backlog</i> do produto ao time de desenvolvimento.</p> <p>(C) determinar para o time de desenvolvimento como os itens de <i>backlog</i> devem ser convertidos em potenciais funcionalidades para entrega.</p> <p>(D) entender o planejamento de produto de longo termo em um ambiente empírico.</p> <p>(E) ajudar os empregados e envolvidos com o projeto no entendimento e promulgação de <i>Scrum</i> e produtos empíricos.</p> <p>100. Na metodologia <i>Scrum</i>, <i>Sprint</i> é uma iteração de duração menor ou igual a um mês, onde uma parte incremental e funcional do produto está potencialmente pronta para entrega. É INCORRETO afirmar que, nessa fase,</p> <p>(A) o escopo pode ser esclarecido e renegociado entre o time de desenvolvimento e o proprietário do produto.</p> <p>(B) nenhuma alteração que afetaria a meta do <i>Sprint</i> é efetuada.</p> <p>(C) a composição do time de desenvolvimento permanece constante.</p> <p>(D) as metas de qualidade não diminuem.</p> <p>(E) o <i>Sprint</i> pode ser cancelado por decisão do <i>Scrum Master</i>.</p>